

4.  
A Entrega  
das  
espadas

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR



A entrega das espadas = 4.º / 5

Porto Alegre - Janeiro de 1915 -

O ministro da guerra manda transferir para o regimento 21 (Corvillha e Castello Branco) o major <sup>João Carlos</sup> Craveiro Lopes de infantaria 28 (Figueira). Esta transferência cujas verdadeiras razões não cheguei a apurar bem, provocou um movimento de revolta em muitas unidades do exército.

Tive sido <sup>em</sup> quando ministro de guerra quem tive <sup>proposto</sup> ~~este~~ este official <sup>mesmo</sup> a major para o regimento 28 em que elle era capitão. Eu conhecia-o do Q. G. de 1.ª Divisão, quando esta era commandada pelo pae d'elle, o general Francisco Higino Craveiro Lopes, <sup>então</sup> elle ~~era~~ <sup>um dos seus</sup> ajudantes de campo e em chefe de repartições de recrutamento e reservas do <sup>Quartel-General</sup>. Eu sabia que elle não era republicano mas sabia que elle, <sup>também</sup> fora ~~da~~ <sup>um</sup> (e dentro) das horas de serviço um assumpto o interesse <sup>quero</sup> das mulheres. Era um D. Juan sem <sup>civil e por vezes, sem</sup> escriptos.



te abia os telegrammes?

E, contudo, não só havia na localidade, um outro coronel, mas até no próprio regimento 28, <sup>havia outros maiores, todos</sup> ~~mas~~ <sup>am</sup> ~~mas~~ <sup>mas</sup> Tigris que o Crav. Lopes.

Estes factos desgostavam o ~~outro~~ <sup>os</sup> officiaes superiores da Figueira de Foz, ~~que~~ <sup>e</sup> traziam indispontos muitos civis que ~~mas~~ <sup>mas</sup> acreditavam na dedicação do major pelo regime republicano ou recebiam pelo socorro de seus lares. ~~Depois~~ O coronel contava-me estas cousas para eu informar discretamente o ministro Ferreira d'Almeida.

Desempenhei-me desta commissão, contando-lhe os factos, sem dizer queira eu o tribo <sup>comunicado</sup> ~~contado~~.

Declarou que não procedia sem uma participação?

~~Participação~~?! Disse eu, mas eu não estou a participar. ~~com~~ <sup>com</sup> coisa alguma, estou apenas a informar o ~~geral~~ <sup>ministro</sup> de factos que julgo não deverem ser-lhe



indifferentes.

— Eu não faço ohe pelo que diz qual  
quer club politico da Figueira; observe  
o general, ~~e~~ com prouca felicidade.

— As informações que recebi constam  
de uma carta de um camarada de V. Ex.<sup>a</sup>  
e meu, e que V. Ex.<sup>a</sup> conhece muito bem.  
Eu também não faço ohe, em cousas uni-  
taes, pelo que me dizem os clubs politi-  
cos. Eu cumpri o meu dever informando  
V. Ex.<sup>a</sup> do que se passa, o resto já não é  
comigo.

E fui sentar-me no meu logar de  
deputado. A scena trocou-se passado  
na Camara.

No dia seguinte, o ministro P. d'Espe-  
leantou-se do seu logar e veio sentar-se  
a meu lado, na bancada dos deputados.

— O major tem duvida em me deixar  
ler a carta que recebeu da Figueira?

Pensei antes de responder. Pouco tempo  
antes, um deputado, o Dr. Gaspar de Lemos



de mas estm em erro, tinha ~~esse~~ <sup>copiado</sup> ~~documento~~  
~~documento~~ Ao general uma carta que  
 tinha recebido de um amigo na qual est-  
 he contava quaesquer irregularidades  
 succedidas nas sei' oute. E que tinha  
 feito o general? Nem mais nem menos  
 que desfrachar sobre a propria carta:  
 "O aut. F. <sup>é assim</sup> procede a averiguaçõs.  
 P. d' Eze" <sup>inexplicavelmente</sup> resultou o autm de  
 carta via-se <sup>com</sup> entulhado num aut. de  
 averiguaçõs <sup>pois</sup> que elle nunca contava.  
 Lembrando-me <sup>do</sup> deste facto, respondi:  
 — Ao meu Amigo, general P. d' Eze, ues  
 tenho duvida em mostrar a carta que  
 recebi. Mas ao Ministro da Guerra  
 não a mostro. O general, depois de ler  
 a carta, <sup>resolverá se deve ou não communicar</sup> ~~deve~~ ao Ministro o  
 que ~~então~~ <sup>leu</sup>.  
 — Assim não <sup>entendo</sup> ~~entendo~~. Não sei trabalhar  
 assim.

— Oh! meu general! ~~Deveria~~ <sup>Deveria</sup> ~~me~~ <sup>me</sup>  
 não precisa de conselhos, ~~assim~~ <sup>e</sup> ~~assim~~  
 muito menos. Nem eu me atrevia a dar



lh'o. Mas <sup>dê-me licença que diga que se,</sup> ~~o que eu faria, se~~ quando  
 fui ministro de guerra, alguém viesse  
 dizer-me o que eu disse a V. Ex.<sup>a</sup>, ~~se~~  
 eu faria uma destas coisas: chama-  
 va a Lisboa o coronel Sousa (o com.<sup>te</sup>  
 militar de Figueira) e, em poucas pala-  
 bras, aconselhava ~~as~~ a não ~~refratar~~ ~~em~~  
~~nada~~ dar-me confian-  
 ça especial <sup>exclusiva</sup> ~~em~~ em assumptos confi-  
 denciaes a um determinado major, e a  
 contar <sup>se sentia</sup> com o <sup>seu camarada</sup> ~~o~~ commandante do re-  
 gimento d'artearia para o substituir ou  
 coadjucar, evitando assim ciúmes e des-  
 feitos; ou, então, se achasse que o caso  
 não merecia a despesa ~~de~~ a fazer com a  
 vinda do coronel Sousa a Lisboa, man-  
 dave <sup>meu</sup> que o chefe do Gabinete lhe escreves-  
 se.

— Não sei trabalhar assim.

E, levantando-se, foi tomar o seu lo-  
 gar na bancada dos ministros.  
 Depois desta conversação, que resolveu  
 fazer o general?







⊕ Daqui resultam aggravamento  
das disposições republicanas que existem  
entre os elementos civis republicanos  
e os officiaes que são conservadores

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA  
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR







Fido emue converse ao telefone do ajuntan  
 te do regimento Tenente - - - Almeida  
 e sabido ~~formella~~ <sup>assily</sup> que no regimento  
 tambem havia officiaes comprometti-  
 do ~~no~~ que quer que se tramava, man-  
 dou passar quia a todos os officiaes  
 para se apresentarem no P. G. e chegaram  
 o commando do esquadraes ao 1.º Sargento.  
 Na manhã de 20, sahio do quartel de Ca-  
 ballaria 2 ~~a~~ <sup>a</sup> ~~caminhos do Paço de Belém~~  
 um grupo de officiaes que desceu a cal-  
 cada d'ajuda a caminhos do Paço de Belém.  
 Thomas Rose sahio-lhes ao encontro  
 a frequentar-lhes toda iam, estando  
 o regimento de prevenção. Disseram  
 que iam fazer uma expreção ao Pre-  
 sidente de Republica.  
 — Não sabem que não podem dirigir-  
 se pessoalmente a directamente ao Pre-  
 sidente de Republica? Tem authoriza-  
 ção d'alguem para ir ao Paço de Belém?  
 — Não têm. Está preso. As duas es-  
 patas, meus senhores.







# 25

Mas outros tanto não fizeram os outros  
comandantes de unidade. De sorte que  
a tarde, como ~~todos~~ tinham utilizado  
o telefone para combaterem o que iam  
fazer, visto estarem de prevenção, todos  
ou quasi todos os officiaes da guarni-  
ção se consideravam presos e, ~~como~~  
como tais, tinham entregue as suas espe-  
das, as suas <sup>comandantes</sup> ~~comandantes~~ <sup>prontas</sup> ~~prontas~~ <sup>vae</sup>  
~~vae~~ <sup>em que os officiaes de sapadores</sup> ~~comandantes~~ <sup>repli-</sup>  
~~comandantes~~ <sup>comandantes</sup> ~~comandantes~~ <sup>comandantes</sup>  
sua attitudem a sua attitudem  
o governo ~~comandantes~~ <sup>comandantes</sup>  
resolver demittir os officiaes. Tendo  
sido ouvido sobre o caso, <sup>ou</sup> disse dealmente  
os conselhos de ministros que disorde-  
na da medida adoptada e a julgava in-  
praticavel. (\*)

Em Ville Real, o major Vieira Ribeiro  
publicava o manifesto que vae junto.  
Até que na noite de 24, o conselho de  
ministros reuniu, para decidir o que havia a fazer  
para se oppor a uma ~~insubordinação~~ <sup>insubordinação</sup> que, segundo con-  
tava, as unidades militares iam fazer a Oselem  
naquelle noite. No momento em que o ministro das  
Finanças Alvaro de Castro dava, pelo telefone, a Guarda  
Fiscal, cujo espirito disciplinado e republicano merecia a  
maior confiança, a ordem de guarnecer o Palácio de Oselem como  
já tinha feito no dia 20, o comandante



desse Guard, coronel Manoel de Mattos.  
Cordeiro, ~~que~~ declarou que ao' receber  
noticia do general Pimenta de Castro!

<sup>O general Pimenta de Castro?</sup>  
Imagine-se o espanto causado no  
Conselho de ministros por esta noticia.

Os ministros praticavam immediata-  
mente para o bem. Era preciso actua-  
rar a situação; saber o que guerra fies-  
se do general Pimenta de Castro se corri-  
giu a autoridade competente para dar  
ordens, <sup>a força armada</sup> tendo ainda um governo de que  
elle não fazia parte.

~~Em~~ Não havia duvidas. O Presiden-  
te da Republica tinha encarregado o gen-  
eral Pimenta de Castro de constituir  
governo, mesmo antes de demittir o que  
estava. A manhã de 25 de Janeiro de  
1915 viria encontrar o seguinte governo;  
Presidencia e guerra, general Pimenta de Castro;  
Interim, coronel <sup>Pinto</sup> Gomes Teixeira; Justica, Dr. Guilher-  
me <sup>alves</sup> Moreira, reitor da Universidade de Coimbra; Finanças, capi-  
tão Henrique Galhardo; Marinha, almirante <sup>João</sup> Xavier de Brito;  
Colónias, coronel Theophilo <sup>da</sup> Trindade; Fomento, Dr. Nuno da Ponte;  
Instrução, coronel <sup>Manuel</sup> Goulart de Medeiros.



~~18-12~~ 27

Éis o resultado da crueza das espadas.  
Muitos dos que a promoveram vieram  
algum tempo depois, a arrepende-se.  
Não esperavam tanto.

X

Em infantaria 5, aquartelado na  
Graca, o coronel Pedrosa de Lima, ten-  
do, da sua casa, visto qualquer cousa  
porem do quartel, que se lhe tor-  
nou suspeito, dirigiu-se para lá. Ao  
entrar no quartel foi preso por um offi-  
cial que ali estava fazendo serviço, o  
capitão (?) José Maria da Rosa por um  
que a corporação dos officiaes se opunha  
a tal. Assim não contou o proprio coro-  
nel. Como eu lhe estranhasse não ter  
levado consigo uma arma com que me  
deixasse metter na ordem quem quer que não  
obedece promptamente ás ~~ordens~~,  
respondeu-me que nada sabendo e con-  
fiando nos officiaes, não se lembrava de  
se armar.



E

Os officiaes de Engenharia, do regimento de Sapadores Mineiros, que estavam compromettidos, á excepção d'um, com muitos dos seus camaradas da guarnição de Lisbôa, n'um movimento puramente militar, tendo por fim obter de Sua Ex.<sup>a</sup> o Snr. Presidente da Republica a reintegração nas suas collocações de officiaes ultimamente transferidos, affirmam pela sua honra que são absolutamente falsas e calumniosas todas as informações que pretendam levar ao convencimento de que se tratava de qualquer questão politica.

Declaram mais que, tendo tomado o compromisso de honra de seguirem a sorte dos seus camaradas, entregaram as suas espadas, e se encontram presos no quartel, desde que chegou ao seu conhecimento a prisão do primeiro official compromettido no movimento.



# Ao Povo Portuguez

## CIDADÃOS:

Sobre a origem dos tristes acontecimentos que estamos presenciando, pode ficar alguma duvida no vosso espirito, pois enquanto os órgãos do governo e seus sequazes, nos dizem que se trata duma manifestação monarchica, os officiaes manifestantes afirmam que nada tem com a politica e o seu fim é apenas zelar o decoro e brio militar, acabando com a interferencia dos elementos civis na sua vida interna.

Para dissipar essa duvida do vosso espirito e poderdes avaliar com justiça de que lado está a verdade, basta expor-vos o que se tem passado nesta Divisão desde que faço parte dela.

Dados os indisculpaveis acontecimentos de outubro ultimo, o regimento de Infantaria n.º 13 é acusado no jornal «O Mundo» de estar comprometido no movimento. Superiormente é mandado o coronel Goulart de Medeiros, sindicar dos factos mencionados naquele jornal, depois é mandado um General; mas como nenhum destes encontrassem culpabilidade alguma aos officiaes daquele regimento, é mandado, com plenos poderes, um esbirro da policia do Porto, um tal sr. Baptista da Silva, se assim é o seu nome; este, tambem nada encontrou de culpavel no procedimento dos officiaes, mas era preciso satisfazer os odios e vinganças mesquinhas dos demagogicos vilarealenses e quatro officiaes foram vexados e mandados por este snr. ficar presos e incommunicaveis durante perto de *sessenta dias*; consentindo se lhes apenas nos ultimos tempos que durante duas horas falassem com as suas familias!...

O sargento ajudante, homem já encanecido no serviço, é por vingança, segundo dizem, mandado tambem ficar preso e incommunicavel; não se tendo em consideração o estado grave de saude em que se achava a sua esposa; esta pobre senhora, quando teve a noticia de que seu marido se achava preso e acusado de conspirador, falleceu; os farçantes tiveram a *generosidade* de o deixar ir enterrar a esposa que haviam assassinado, voltando depois a ficar preso e incommunicavel!...

Seguindo o processo os seus tramites, veio ás mãos do juiz promotor que os mandou soltar a todos, por não encontrar motivos, nem ao menos para os processar, pois nem o regulamento disciplinar haviam infringido.

O General Ivens, comandante da Divisão, tendo castigado disciplinarmente duas praças de pret, das relações dos taes demagogos, porque tendo conhecimento de factos contrarios á disciplina, succedidos no quartel do regimento, deixaram de dar deles conhecimento aos seus superiores, é exonerado do comando da Divisão; nomeando para o substituir interinamente o coronel Gouveia, como tambem não agradasse aos taes demagogos é mal tratado logo no jornal «O Noticias de Vila Real» e poucos dias depois mandado fazer serviço para outra Divisão.

Diz-se, o que me custa a acreditar, que ha officiaes auxiliares e instrumentos destes demagogos, pois não creio que o nivel moral do nosso exercito descesse tão baixo; será possivel que haja officiaes tão faltos de character e dignidade humana, tão faltos de brio e decoro militar que desçam ao papel de bufos e delatores dos proprios camaradas, dos seus irmãos d'armas, dos seus companheiros no campo da batalha, por quem tem o dever de verter o seu proprio sangue...!?

Não o sei, contudo diz-se.

E' este, povo Portuguez, o estado moral do nosso exercito e contra o qual protestam os officiaes como brio e pundonôr.

**Cidadãos** ! o Exercito não pertence a nenhum grupo politico, não é do sr. Afonso Costa, do sr. Antonio José d'Almeida, nem do sr. Brito Camacho, é da Republica. O seu papel é mais nobre e elevado do que ser serventuario dos interesses e paixões dos partidos, é a garantia da liberdade, é a garantia da ordem e do trabalho, é o fiel da balança entre as paixões dos partidos, tendo de lhes garantir a liberdade d'acção sem favorecer nenhum deles; mas por isso mesmo tem de ser livre e digno e brioso sem que na sua organização interna se intrometam as paixões e interesses dos partidos politicos.

Vila Real, 24 de Janeiro de 1915.

*Manoel Vieira Ribeiro*

*Major de engenharia.*